

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.594.577 - SC (2019/0292825-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **DJC CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**  
**AGRAVANTE** : **CARELLI PROPRIEDADES CONSTRUTORA E**  
**INCORPORADORA LTDA**  
**ADVOGADO** : **HELIO RICARDO DINIZ KREBS - SC027298**  
**AGRAVADO** : **BEDIN ADVOCACIA E CONSULTORIA - ADVOGADOS**  
**ASSOCIADOS-SC**  
**ADVOGADO** : **CELSO BEDIN JUNIOR E OUTRO(S) - SC009006**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF.

1. Embargos à execução.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
3. A ausência de decisão do Tribunal de origem acerca dos argumentos invocados pelo recorrente impede o conhecimento do recurso especial.
4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
5. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
6. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto por DJC CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA E OUTRA, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 29/07/2019.

**Concluso ao gabinete em:** 05/11/2019.

**Ação:** embargos à execução, opostos pelos agravantes, em face de BEDIN ADVOCACIA E CONSULTORIA - ADVOGADOS ASSOCIADOS-SC.

**Decisão interlocutória:** deferiu o pedido de efeito suspensivo à execução, formulado pelos agravantes.

**Acórdão:** deu provimento ao agravo de instrumento interposto pelo agravado, para desconstituir o efeito suspensivo concedido aos embargos à execução, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO - TÍTULO EXTRAJUDICIAL - EMBARGOS - PENHORA - VALOR DOS BENS - NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO - EFEITO SUSPENSIVO - DESCABIMENTO

É certo que pode ser atribuído "efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes" (CPC, art. 919, § 1º).

Pendente, no entanto debate sobre o valor dos bens oferecidos à penhora, com indícios claros de supervalorização pela executada, deve ser denegado efeito suspensivo aos embargos até que se comprove que há garantia bastante. (e-STJ, fls. 132)

**Embargos de declaração:** interpostos pela parte agravante, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 11, 156, 300, 489, § 1º, IV, 829, § 2º, 919, §§ 1º e 5º, e 1.022 do CPC. Além de negativa de prestação jurisdicional, afirma que o efeito suspensivo não impede os atos de reforço de penhora. Aduz a presença dos requisitos autorizadores para concessão do efeito suspensivo aos embargos à execução. Assevera que a penhora somente poderá recair sobre os bens indicados pelo exequente quando não forem indicados pelos executados e aceitos pelo juiz, hipóteses estas verificadas nos autos.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Julgamento: aplicação do CPC/15.**

**- Da violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015**

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca dos supostos pontos omissos e contraditórios, em especial quanto à ausência de garantia do juízo apta a conceder o efeito suspensivo à execução, visto que havia debate sobre o valor dos bens oferecidos à penhora, de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Ademais, inexistente afronta ao art. 489 do CPC/15 quando o órgão julgador se pronuncia de forma clara e suficiente acerca das questões suscitadas nos autos, não havendo necessidade de se construir textos longos e individualizados para rebater uma a uma cada argumentação, quando é possível aferir, sem esforço, que a fundamentação não é genérica, como é a hipótese dos autos (AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/2/2018; e AgInt no REsp 1.683.290/RO, 3ª Turma, DJe de 23/2/2018).

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

**- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido, apesar da interposição de embargos de declaração, não decidiu acerca dos argumentos invocados pela parte recorrente em seu recurso especial quanto aos arts. 11, 156, 300, 829, § 2º, 847 e 849 do

CPC/15, o que inviabiliza o seu julgamento. Aplica-se, nesta hipótese, a Súmula 211/STJ.

***- Do reexame de fatos e provas***

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere a presença dos requisitos autorizadores da concessão de efeito suspensivo à execução, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

***- Da existência de fundamento não impugnado***

Os agravantes não impugnaram o fundamento utilizado pelo TJ/SC de que *“neste estágio processual, não há como concluir que os bens ofertados são suficientes para assegurar o recebimento do crédito executado. Esse debate deve ser feito no próprio processo de execução, exatamente o motivo porque não há como conceber seu sobrestamento”* (e-STJ, fls. 136). Como esse fundamento não foi impugnado, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, nesta hipótese, a Súmula 283/STF.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 27 de novembro de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
Relatora